

“Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro em 2007” do ISP: Notas sobre a construção da pesquisa

Vanessa Campagnac

Doutoranda em Ciência Política pelo PGCP-UFF

Thaís Chaves Ferraz

Jornalista pela PUC-Rio, Bacharel em Letras pela UFRJ, Especialista em Marketing Empresarial pela UFF

Thiago Soliva

Mestrando em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA-IFCS-UFRJ

Priscila Riscado

Doutoranda em Ciência Política pelo PGCP-UFF

Emmanuel Rapizo

Mestrando em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA-IFCS-UFRJ

Guilherme Linhares

Bacharel em História pela UFF

Nadja Souza

Mestranda em Relações Internacionais pelo IRI-PUC-Rio

Ricardo Agum

Doutorando em Ciência Política pelo PGCP-UFF

Saint'Clair Velloso

Bacharel em Ciências Sociais pela UFF

Resumo

A pesquisa “Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2007” trouxe dados inéditos e de grande relevância para a compreensão do fenômeno do desaparecimento. Este trabalho pretende apresentar alguns dados observados pela pesquisa, que identificou o perfil das vítimas de desaparecimento no Estado do Rio a partir dos registros de ocorrência fornecidos pela Polícia Civil. Por essa razão, os dados aqui apresentados podem, sobretudo, produzir novos debates sobre o tema e estimular a realização de novas pesquisas, dada a relevância do tema no contexto nacional e internacional.

Palavras-Chave

Desaparecidos, Estado, Segurança Pública, Rio de Janeiro, Desaparecimento

Apresentação

Poucas pesquisas foram realizadas objetivando conhecer a perspectiva sociológica dos casos de desaparecimento. As informações de que dispomos até esse momento têm origem basicamente nas entidades que combatem e denunciam esse tipo de ocorrência. Essas entidades vêm, ao longo dos anos, envidando esforços para a construção de um banco de informações nacional, visando a encontrar o paradeiro dessas pessoas, particularmente de crianças e adolescentes.

Igualmente importante é a escassa literatura especializada sobre o tema, que tem nos revelado aspectos significativos para a construção de um entendimento menos estanque acerca daquelas pessoas que diariamente desaparecem sem deixar qualquer tipo de informação sobre o seu paradeiro (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido, o trabalho de Oliveira (2007) é elucidativo por entender o fenômeno do desaparecimento de forma mais abrangente como atado a uma rede de relações mais amplas que teriam por causa desde os conflitos familiares até a falta de eficácia do Estado para tratar esses casos.

Procurando superar essa lacuna, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro solicitou uma pesquisa ao Instituto de Segurança Pública, com o objetivo de conhecer de forma mais detida as particularidades desse fenômeno. A partir dos registros de ocorrência da PCERJ referentes ao ano de 2007¹ empreendemos investigação que nos possibilitou identificar o perfil das pessoas que foram vítimas de desaparecimento no estado do Rio de Janeiro.

Dividimos essa pesquisa em duas etapas. Na primeira etapa, que podemos intitular de etapa quantitativa, selecionamos os registros de ocorrência que caracterizavam casos de desaparecimento. A partir desses registros foi construído um banco de dados com o qual pudemos obter algumas variáveis sociodemográficas, delineando o perfil do total das vítimas.

Na segunda etapa, a etapa qualitativa, realizamos entrevistas por telefone com os comunicantes (geralmente familiares da pessoa desaparecida) que estavam disponíveis nos registros. Estes foram selecionados por amostra aleatória simples, tomando como base o banco total das pessoas desaparecidas. Vale dizer que somente comunicantes cujos contatos telefônicos constavam dos registros de ocorrência foram considerados para a seleção da amostra.

As entrevistas respeitaram um roteiro estruturado composto de questões que contemplavam a dinâmica do desaparecimento, bem como os hábitos das pessoas desaparecidas. A partir das respostas coletadas, pudemos elaborar uma classificação das motivações dos desaparecimentos.

Os resultados das entrevistas ajudaram a delinear um perfil dos desaparecidos que abarcava faixa etária, sexo, cor, nível de escolaridade, ocupação e estado civil. Construiu-se também uma análise espacial, e a partir dela tornou-se possível distribuir os registros por regiões do estado e municípios. Nos episódios ocorridos na capital do Rio de Janeiro fez-se um aprofundamento, com a delimitação por zonas e bairros.

1

A escolha desse ano em particular se deu pelo fato de os dados referentes já estarem consolidados na época de realização dos estudos (2008/2009) e também por serem estes os mais recentes para comparação com relação aos anos anteriores ao período em que se delineava a pesquisa.

Desenvolveu-se também uma comparação entre os homicídios dolosos e os casos de desaparecimento, na qual ficou claro que existe uma diferenciação entre os perfis das vítimas. Finalmente, foram estudados os reaparecimentos, e as análises mostraram que somente 2% destes foram comunicados à polícia, permanecendo essa instituição onerada ao dedicar seus esforços a casos que já tiveram uma solução.

A *Pesquisa de Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro em 2007* trouxe dados inéditos e de grande relevância para a compreensão do desaparecimento. Os estudos pretendem, assim, não apenas contribuir para o entendimento do fenômeno, mas também servir de subsídio para uma estratégia de prevenção e para a formulação de políticas públicas no estado do Rio de Janeiro que contemplem o planejamento estratégico na área de segurança.

O banco de dados da pesquisa

O banco de dados utilizado na pesquisa *Desaparecidos no Estado do Rio de Janeiro em 2007* é composto pelos registros de ocorrência da Polícia Civil, disponíveis on-line no programa ROWEB². Inicialmente, tínhamos 4.633 vítimas contabilizadas em nosso banco. Esses eram os números publicados no Diário Oficial e serviram como fonte para a pesquisa. Após o tratamento dessas informações, chegamos ao número final de 4.423 vítimas de desaparecimento no estado do Rio de Janeiro. A redução do número de vítimas se deu porque o banco de dados inicial incluía informações equivocadas (geradas pelo não-preenchimento de registros de ocorrência ou preenchimento incorreto de alguns itens que compõem o mesmo). Abaixo elencamos os casos que foram retirados do banco:

- Um registro de homicídio com uma vítima.
- Um registro de Auto de Resistência contendo três vítimas.
- Sete registros de desaparecimentos, cada um deles com uma vítima, que se referem à carta precatória³.
- 69 registros com comunicantes definidos como vítimas.
- 130 casos que se referem aos registros de ocorrência “duplicados”⁴.

Perfil dos desaparecidos

A partir dos registros de ocorrência foi possível construir o perfil das 4.423 vítimas de desaparecimento no estado do Rio. Para a variável sexo, não houve perda de informação, ou seja, conseguimos determinar o sexo de todas as vítimas. Em 2007 houve 2.723 (61,9%) desaparecimentos entre as vítimas do sexo masculino e 1.700 (38,4%) vítimas do sexo feminino.

A opção metodológica escolhida por nós para a análise da variável idade foi agrupá-la em faixas etárias com intervalo de cinco anos. Não tivemos informações sobre a idade para 718 vítimas, ou 16,2% do total. Na faixa etária entre 15 e 19 anos tivemos o maior número de vítimas, 919, ou 20,8% do total, seguida da faixa etária de 10 a 14 anos, com 547 vítimas, ou 12,4% do total, e da faixa etária que vai de 20 a 24 anos, com 393 vítimas, ou 8,9% do total. Juntas, essas faixas correspondem a 1.859 vítimas,

²

Trata-se de um sistema de consulta aos registros de ocorrência produzidos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

³

Tipificação policial que diz respeito a eventos criminais ou administrativos que ocorrem fora da circunscrição do estado do Rio de Janeiro, mas que envolvem residentes desse estado.

⁴

A duplicação está ligada a casos em que um mesmo desaparecimento é registrado mais de uma vez, em delegacia diferente ou em uma mesma delegacia, em horários distintos.

ou 42,0% do total de desaparecimento.

Entre as idades que compõem o que o senso comum chama de “adolescência” percebemos que existem predominâncias. Ao considerar as idades sem agregação, observamos que as vítimas de 15 anos somam 255 dos casos totais (5,8%), as de 16 anos somam 247 casos (5,6%) e as de 14 anos, 208 casos (4,7%).

Também foi realizada a análise da distribuição etária por sexo. Para as faixas etárias que compreendem os intervalos de 0 a 4 anos, 10 a 14 anos e 15 a 19 anos houve maior concentração de mulheres, com, respectivamente, 19 vítimas (52,8%), 321 (58,7%) e 502 (54,6%). Contudo, para todas as outras faixas etárias, os homens foram a maioria. Destacam-se as faixas etárias de 60 a 64 anos, com 55 vítimas homens (88,7%) e sete mulheres (11,3%), a faixa etária de 65 a 69 anos, com 49 vítimas homens (84,5%) e nove mulheres (15,5%), e a faixa etária de 55 a 59 anos, com 70 homens (80,5%) e 17 mulheres (19,5%).

A cor das vítimas foi reportada em 4.033 casos, apresentando um total de 390 vítimas sem informação (8,8%). Houve prevalência das vítimas de cor parda, que representam 1.756 casos, ou 39,7% do total. Em seguida vêm a cor branca, com 1.532 vítimas, ou 34,6%, e a cor preta⁵, com 738 vítimas, ou 16,7% do total. Juntas, a população de cor amarela e indígena apresentaram um total de sete vítimas (0,2%).

Foi possível saber mais a respeito da ocupação das vítimas em 3.374 casos. Nesse tocante, a categoria “estudante” foi a mais citada, sendo essa a ocupação correspondente a 1.245 vítimas (28,1%). Em seguida, aparecem as categorias “desempregado(a)”, com 256 vítimas (5,8%), e “aposentado(a)”, com 220 vítimas (5,0%). Em 1.049 dos casos (23,7%) não foi possível obter essa informação.

A escolaridade dos desaparecidos foi reportada em 2.886 registros, com 1.537 vítimas (34,8%) sem informação. Houve prevalência de vítimas com ensino fundamental incompleto (1.365 vítimas, ou 30,9% do total); vítimas com ensino fundamental completo (610 vítimas, ou 13,8% do total); e com ensino médio completo (376 vítimas, ou 13,0% do total). Mais uma vez esses dados mostraram-se consistentes com a distribuição etária das vítimas, pois representam 2.388 casos, ou 54,0% do total das vítimas que não haviam concluído o ensino médio.

Com relação à variável referente ao estado civil, verificamos que, das 3.678 vítimas sobre as quais temos informações, a maioria é solteira, com um total de 2.650 vítimas (59,9%). Em seguida, temos a categoria “casado (a)”, que representa 550 vítimas (12,4%), e a categoria “companheiro (a)”, com 212 vítimas (4,8%) de desaparecimento. Não tivemos informações para 745 vítimas (16,8%).

Verificamos que não houve perda de informação ligada à distribuição espacial dos registros de desaparecimento ocorridos no estado do Rio de Janeiro. Entre as 4.423 ocorrências, percebemos que a capital concentra 1.783 vítimas de desaparecimento (40,3%), seguida pela Baixada Fluminense, com 1.144 vítimas (25,9%), e pelo interior⁶, com 1.087 vítimas (24,6%). Por fim, a Grande Niterói (composta por Niterói, São Gonçalo e Maricá) teve 409 casos (9,2%) de desaparecimento

5
O vocábulo “preta” foi usado com base na classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

6
Toda a área do estado do Rio de Janeiro que não está inserida na capital, na Baixada Fluminense ou na Grande Niterói.

registrados no ano de 2007.

Ao observarmos a distribuição das vítimas por município, pudemos refinar a análise anterior: ainda que a região que compreende a Grande Niterói contenha o menor número de desaparecimentos registrados no estado, a cidade de São Gonçalo é a terceira colocada em número de vítimas, com 239 casos (5,4%). A cidade do Rio de Janeiro apresenta a maior prevalência de vítimas, com 1.783 registros (40,3%) do total analisado. Duque de Caxias é o município com a segunda maior incidência de registros, contabilizando 269 vítimas (6,1% do total). É necessário frisar que municípios da região metropolitana são os que apresentam as maiores concentrações de registros de vítimas de desaparecimento, e estão colocados logo abaixo da cidade do Rio de Janeiro no ranking. Somente Macaé e Petrópolis não fazem parte da região metropolitana e pertencem ao grupo que apresenta as dez maiores incidências de registros de desaparecimento.

Na cidade do Rio de Janeiro, a distribuição de vítimas ocorre da seguinte forma: a Zona Norte concentra o maior número de vítimas, com 824 casos (46,2%); a Zona Oeste tem 667 vítimas (37,4%); o Centro responde por 156 vítimas (ou 8,7%); e a Zona Sul agrupa 136 vítimas (ou 7,6%). Juntas, Zona Norte e Oeste somam 1.491 vítimas (ou 83,6%). Essas duas regiões concentram 1.491 casos (83,6%).

Utilizamos uma amostra aleatória para seleção de casos para aplicação de questionários. Nossa amostra foi composta a partir dos registros de desaparecimento nos quais eram informados os números de telefone dos comunicantes, o que corresponde a 3.379 registros de ocorrência, ou 76,4% da totalidade do banco. Dentre estes 3.379 casos, foram selecionados aleatoriamente 2.000 casos. Conseguimos, a partir daí, contato com 456, ou 10,0% do banco de dados de desaparecidos 2007.

As informações faltantes responsáveis pela exclusão de casos são: ausência de número de telefone dos comunicantes (que são o alvo das entrevistas), erro de preenchimento dos registros de ocorrência, no que diz respeito à identificação do comunicante (impossibilitando a identificação de quem poderia nos conceder a entrevista) e números de telefone errados ou já inexistentes. Em média, a cada quatro ligações feitas, um contato foi realizado pelos pesquisadores, o que equivale a 24,2% das ligações feitas durante a pesquisa.

Histórico dos registros de ocorrência a partir dos casos selecionados na amostra

Na tentativa de conhecer ainda mais os casos que compunham a amostra, buscamos também informações sobre estes no sistema de registros de ocorrência *on-line* (ROWEB). A ideia era verificar se, dentre os 456 registros de desaparecidos que compõem nossa amostra da etapa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas por telefone, poderíamos obter algum tipo de dado que nos ajudasse a conhecer melhor a pessoa que desapareceu e, por conseguinte, compreender com maior profundidade a dinâmica desse evento.

Entre os 456 nomes da amostra, apenas 150 (32,9%) estão listados em

algum outro registro de ocorrência além do próprio registro de desaparecimento. No entanto, 73 (48,7%) aparecem em mais de um registro de ocorrência. Em média, temos 2,2 registros por pessoa entre os desaparecidos que compõem a amostra.

A realização das entrevistas

A realização das entrevistas telefônicas que compõem o projeto teve início na primeira semana de setembro de 2009, sendo estas concluídas pouco mais de um mês depois, em outubro de 2009. Durante a pesquisa, foram realizadas 2.000 ligações, com a intenção de entrevistar o comunicante do desaparecimento. Quando este não se encontrava, a entrevista era realizada com alguém próximo, um familiar que conhecia a história do desaparecimento e do desaparecido.

A forma de abordagem dos entrevistados pelos pesquisadores mereceu especial atenção. Para diminuir o possível impacto e a surpresa causados pelo contato telefônico, bem como possibilitar a realização das entrevistas, os pesquisadores ressaltavam para os entrevistados o caráter científico e acadêmico da pesquisa, informando que a intenção da entrevista a ser realizada seria permitir a compreensão de como acontecem os desaparecimentos e os possíveis reaparecimentos, e não a procura por pessoas desaparecidas. Outro aspecto enfatizado no contato com o entrevistado foi o caráter sigiloso e confidencial dos dados fornecidos por ele.

No decorrer da pesquisa, como estratégia para contatar os possíveis entrevistados, foi estabelecida a seguinte dinâmica: para cada número de telefone sorteado foram feitas três tentativas de contato, em horários diferentes e em dias variados, para que as possibilidades de encontrar o entrevistado fossem maiores. O grande número de telefones incorretos tornou o trabalho mais longo, e a dificuldade de encontrar os comunicantes também contribuiu para que o período de entrevistas se prolongasse.

Questionário e entrevistas

O tempo médio de aplicação do questionário, previsto para 15 minutos, foi superado, por vezes, devido a fatores como a realização de contatos em que o entrevistado se sentiu bastante confortável para abordar o assunto. Algumas entrevistas chegaram a ter até 36 minutos, por exemplo. Nos casos em que a entrevista se prolongava por interesse do entrevistado, foi possível obter informações valiosas para as análises – sem que essas pessoas ficassem restritas a respostas gerais –, como a apreensão, revelada por eles, em falar a respeito do desaparecimento de alguém próximo, ou mesmo em tratar dos detalhes do fato.

Nesses momentos, os entrevistados expressavam com maior veemência a frustração por não reencontrarem o desaparecido e tratavam das dificuldades impostas aos que procuram por essas pessoas, ou relembavam pormenorizadamente o alívio do reencontro. Nesses contatos, o entrevistado se mostrava disposto e interessado em participar da pesquisa, muitas vezes

até mesmo depois de ter esboçado uma resistência inicial.

As informações mais apuradas fornecidas pelos entrevistados possibilitaram uma maior segurança para a construção das categorias que se referiam às motivações do desaparecimento. Muitas pessoas, por exemplo, afirmaram que os pesquisadores poderiam ligar novamente, quando quisessem ou precisassem.

O questionário possui 33 perguntas, divididas em quatro módulos:

1. Perfil socioeconômico da família do desaparecido (nome, profissão, idade, local de residência, grau de parentesco com o desaparecido, estado civil, religião e religiosidade, relacionamento com família e amigos);
2. História de vida do desaparecido (cor, instrução, trabalho, remuneração, hábitos e relacionamentos);
3. Desaparecimento (data, local, horário, circunstâncias e percepção do desaparecimento);
4. Reaparecimento (data, local, circunstâncias e informações adicionais).

Algumas perguntas tiveram por objetivo complementar as informações fornecidas pelos registros de ocorrência, especialmente aquelas relacionadas à dinâmica do desaparecimento e reaparecimento, pois permitiram ao entrevistado expressar-se livremente em seus próprios termos. Para tanto, tais perguntas não foram previamente estruturadas. Ao contrário, foram deixadas “abertas”, para que assim o respondente tivesse a oportunidade de contar em detalhes a história do desaparecimento e do reaparecimento, quando verificado.

Finalizada a fase das entrevistas telefônicas, nossos contatos efetivamente realizados foram assim classificados:

Negação do desaparecimento: o entrevistado, que por vezes era o comunicante do desaparecimento, confirmava o nome do suposto desaparecido e afirmava, que este, no entanto, nunca havia desaparecido, nem mesmo por algumas horas, e que nenhum registro de ocorrência sobre o assunto havia sido realizado. No total, foram verificados 13 casos de negação de desaparecimento.

Recusa: 15,4% das pessoas contatadas para a realização das entrevistas (70 casos) se negaram a participar da pesquisa. Observou-se recusa mesmo após os pesquisadores terem apresentado a possibilidade de retornar a ligação em uma outra oportunidade e de realizar as entrevistas presencialmente, em locais de preferência do entrevistado. Dentre os motivos alegados para a recusa em participar da pesquisa estão: falta de interesse, desconfiança, impossibilidade de responder e motivações pessoais. Algumas recusas, curiosamente, duraram tempo similar à realização das entrevistas. Nesses casos, os entrevistados, de uma forma geral, reclamaram das condições sociais do Brasil, da inoperância da polícia ou das condições pessoais que impediam a participação na pesquisa. Desta forma, mesmo tendo sido prestadas várias informações relevantes, a entrevista não era considerada como entrevista concluída, mas como recusa em participar, uma vez que a pessoa contatada expressou sua intenção de

não participar da entrevista.

Entrevista concluída: aqui, os contatados não negaram o desaparecimento ou se negaram a participar da pesquisa; pelo contrário, reconheceram a existência do desaparecimento e se dispuseram a falar do assunto, respondendo ao questionário formulado pela equipe.

Categorias explicativas para motivação de desaparecimento

Terminada a fase de aplicação de questionário, o banco de dados, com as informações adquiridas por meio da realização das entrevistas, foi sistematizado, e as possíveis incongruências ou inconsistências dos dados foram corrigidas. Esse processo pôde ser realizado através do cruzamento das informações do banco de dados, por meio do programa estatístico SPSS v.11 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Seguiu-se, então, a fase de elaboração de categorias que viessem a explicar as razões para os desaparecimentos, por meio da codificação das perguntas abertas, que passaram a ser agrupadas por semelhanças. Tais categorias foram criadas a partir da análise do discurso do entrevistado e do conteúdo da entrevista. Na análise do texto transcrito da entrevista foi observada a construção da declaração do entrevistado, bem como a coerência entre o discurso produzido e as características do desaparecido, destacadas *a posteriori* nas perguntas fechadas.

A repetição das histórias possibilitou a verificação de pontos comuns, permitindo que se percebesse a existência de vínculos entre os casos de desaparecimento ou reaparecimento e, conseqüentemente, possibilitando a criação de categorias que explicassem a motivação dos desaparecimentos. As porcentagens apresentadas junto às categorias a seguir mencionadas estão relacionadas a um total de 373 entrevistas realizadas, visto que não consideramos aqui os casos de recusa e negação do desaparecimento.

De uma forma bastante breve, as categorias criadas para explicar os desaparecimentos são assim descritas:

Abandono de lar (10,5%): na categoria *abandono de lar*, quem desapareceu optou pela ausência, temporária ou definitiva, do ambiente doméstico ou dos ambientes que frequentava. Geralmente, isso aconteceu por insatisfação com as relações vividas no seio familiar ou no ambiente de trabalho. Houve casos nos quais o hábito da vítima de ausentar-se fez com que as pessoas próximas demorassem a perceber que esta tinha efetivamente desaparecido. Diferentemente da *fuga*, o *abandono de lar* é protagonizado por indivíduos autônomos/independentes (maiores de idade, que já têm renda, etc.). Assim, o *abandono de lar* caracteriza-se por uma intenção clara de ausentar-se em conjunto com a real possibilidade de levar essa ausência adiante.

Desaparecimento nas águas (1,6%): idêntico à categoria já utilizada pela polícia, o *desaparecimento nas águas* compreende os casos nos quais estejam presumidos afogamentos ou naufrágios seguidos de afogamentos. As vítimas quase sempre estavam praticando algum esporte, nadando ou a bordo de embarcações. Esse tipo de situação ocorre não apenas no mar aberto, mas em açudes, riachos e correntezas formadas pela força da chuva. Geralmente, esses casos são seguidos de óbito, e raramente o

corpo do desaparecido não é encontrado.

Distúrbio mental (15,0%): independentemente dos desaparecimentos de pessoas com histórico de psicopatologia, só entraram na categoria *distúrbio mental* da pesquisa os episódios que os entrevistados relacionaram diretamente ao desaparecimento. Foram relatados casos de Mal de Alzheimer, esquizofrenia, transtorno bipolar, amnésia, etc., mas nem sempre a nomenclatura correta da doença era mencionada, sendo trocada por termos mais populares, como “problema de nervos”, pessoa “abobada” e “ruim da cabeça”.

Falta de comunicação (5,4%): a característica fundamental da *falta de comunicação* está relacionada à inexistência de comunicação entre a vítima de desaparecimento e aqueles que tinham expectativas de receber notícias suas. A inexistência de comunicação se dá por dois fatores:

- a. impossibilidade efetiva da comunicação (por exemplo, o término da bateria de telefones móveis, a impossibilidade de enviar recados por quaisquer meios de comunicação, a perda de sinal telefônico, a falta de crédito para ligações); e
- b. não-ocorrência da sensação de que é necessário comunicar-se.

Fuga (17,4%): caracterizada pelos casos em que o grau de autonomia/independência (financeira e psicológica) do desaparecido é fundamental na determinação das motivações do desaparecimento. Nessa categoria, a maior recorrência é de casos de desaparecimento protagonizados por menores de idade, que normalmente são dependentes dos familiares. Dessas variáveis explicativas, pois, decorrem as características determinantes da *fuga*, na medida em que os casos aqui agrupados guardam relação com:

- a. saídas de casa motivadas pelo desacordo com as regras instituídas pelos pais e/ou pelos conflitos daí derivados (sobre horários, lugares permitidos e proibidos, namoros e outros); e
- b. busca por uma “mudança de vida” e tentativa de “viver um sonho” (como relataram muitos entrevistados).

Como se verificou na análise das respostas às “perguntas abertas” do questionário aplicado, o dado da dependência é decisivo para o entendimento de muitos casos. O planejamento para uma “mudança de vida” é precário, não prevendo os custos materiais da empreitada ou os passos necessários para uma estabilidade que permita a autonomia (e, portanto, o desligamento dos laços de dependência). Também acontece de nenhum plano de médio e longo prazo ser vislumbrado, gerando os frequentes casos de fugas para a casa de amigos, parentes e afins, sem objetivar um abandono total das condições de vida anteriores – o que acontece é um deslocamento provisório. A fuga, nessa pesquisa, não configurou caso de desaparecimento sem solução – todos os desaparecidos reapareceram.

Hospitalização (3,8%): a *hospitalização* também pode ser entendida como falta de comunicação. Os casos de hospitalização abarcam as situações em que o desaparecido sai com um destino estabelecido mas, por circunstâncias alheias à sua vontade, é hospitalizado devido à ocorrência de algum problema de saúde súbito ou acidente de trânsito,

e a família ou os responsáveis não são avisados (ou demoram a tomar conhecimento do fato).

Motivações de lazer (12,3%): o principal motivo do desaparecimento por *motivações de lazer* assenta-se no gozo de atividades recreativas. Nessa categoria, diferentemente da *falta de comunicação*, a vítima de desaparecimento não manifestou interesse em contatar os familiares, amigos e afins durante o período em que ficou desaparecida – seja por descuido, despreocupação ou mesmo pela intenção de esconder os planos para o lazer. Cabe destacar que em todos os casos desse tipo estudados pela pesquisa houve reaparecimento.

Causas violentas (12,9%): engloba os desaparecimentos ocasionados por ações violentas, de um modo geral, e, portanto, tipificadas como crimes. As causas violentas verificadas durante a pesquisa que motivaram o desaparecimento são: o abandono forçado do lar decorrente de violência doméstica ou de ameaça, o envolvimento com o tráfico de entorpecentes, o sequestro, o provável homicídio (quando a família acredita ou presume que a vítima está morta) e o homicídio.

Sem motivação aparente (5,4%): a categoria *sem motivação aparente* não resulta da inexistência de informações decisivas para a categorização (casos estes circunscritos à categoria *sem informação conclusiva*), mas sim do fato de que nenhuma razão aparente para o desaparecimento foi encontrada. Traduz, portanto, o caso de pessoas cujo desaparecimento, pelo histórico e estilo de vida (sem conflitos nos ambientes de convivência, vida regrada, etc.), é inexplicável para os entrevistados.

Sem informação conclusiva (4,8%): corresponde aos episódios que não têm sua motivação claramente explicada a partir das informações colhidas nas entrevistas. Trata-se, pois, da hipossuficiência de informações sobre o desaparecimento: o próprio entrevistado não possui ou não relatou informações suficientes sobre o desaparecimento que possibilitassem o enquadramento do caso em uma das categorias construídas para explicar a sua motivação.

Uso de álcool (2,9%): o uso eventual do álcool — quando excessivo — e o alcoolismo foram detectados como motivo de desaparecimento em várias entrevistas. A categoria *uso de álcool* corresponde aos casos nos quais a utilização da substância, continuada ou não, em seus efeitos primários ou secundários, resultou diretamente no desaparecimento.

Uso de drogas (4,0%): essa categoria contempla os casos nos quais o consumo eventual ou habitual de psicotrópicos, devido aos seus efeitos primários ou secundários, é causa de desaparecimento.

Outros (4,0%): corresponde aos episódios sem relação com as demais categorias ou casos cujas frequências são estatisticamente insignificantes para configurar categoria à parte. São eles: mudança de endereço não comunicada (3); atropelamento (2); aprisionamento (2); perda por negligência dos responsáveis (1); desaparecimento de hospital (1); morte por causa não identificada (1); e registro de ocorrência preventivo (1). Neste último caso, não há um desaparecimento de fato, mas a realização de um registro policial decorrente de conflitos familiares ligados à responsabilidade pelos cuidados de uma pessoa portadora de distúrbio mental.

Reaparecimentos: alguns resultados

Também a partir das entrevistas realizadas, foi possível observar informações relativas ao paradeiro dos desaparecidos: vimos que 71,3% dos desaparecidos haviam reaparecido vivos; 14,7% não reapareceram; 6,8% reapareceram mortos; 4,4% eram casos sem informação; e em 2,9% dos casos a família informou não ter havido desaparecimento, mesmo que existisse um registro de ocorrência em nome do desaparecido (trata-se da negação do desaparecimento).

Mostra-se válido também ressaltar que, entre os 6,8% (31 vítimas) dos casos de pessoas que reapareceram e estavam mortas, 13 são casos de mortes naturais ou acidentais, e 18 são casos de homicídios dolosos. Destes 18 casos, nove homicídios foram verificados nos registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (ROWEB); outros cinco foram verificados através do banco de dados de mortalidade fornecido pela Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro; e os demais (quatro) não possuem registros, sendo baseados na fala dos comunicantes durante as entrevistas.

Os dados acima contrastam com a realidade observada a partir dos registros da Polícia Civil. Apenas 84 reaparecimentos foram registrados na Polícia Civil no ano de 2007, o que representa 2% do total de desaparecimentos daquele mesmo ano (esses dados se relacionam ao total de registros realizados: 4.423).

Considerações Finais

Os dados apresentados neste trabalho pretendem trazer nova luz sobre o tema dos desaparecimentos. Isso se deve ao fato de se tratar de uma pesquisa pioneira no Brasil. Por essa razão, as informações aqui apresentadas podem, sobretudo, produzir novos debates sobre o assunto e estimular a realização de novas pesquisas, dada a relevância do tema no contexto nacional e internacional.

Ainda que a etapa de entrevistas tenha sido realizada apenas com os desaparecimentos registrados nos quais os comunicantes forneceram à polícia um número de telefone para contato, através dessa ação foi possível observar as principais motivações e compreender as dinâmicas dos desaparecimentos ocorridos no estado do Rio de Janeiro.

Ao olharmos as motivações dos desaparecimentos através das categorias construídas, conjugadas com o grande número de vítimas que retornam e não comunicam o reaparecimento à polícia, é possível observar que os fatores principais que levam ao desaparecimento se relacionam, de forma dominante, com conflitos de cunho emocional, mas que não se ligam a questões de violência específica. Esses “desentendimentos” motivam as pessoas a desaparecer.

Todavia, após o distanciamento da situação de conflito, e com base em alguma reflexão sobre sua saída do lar, os desaparecidos tendem a retornar, o que corrobora a ideia de que a pretensão do desaparecimento não é, na maior parte dos casos, fazer com que o episódio dure para sempre. Podemos observar essa dinâmica comportamental em duas das quatro ca-

tegorias mais proeminentes: *fuga* (a que mais se destacou) e *motivações de lazer* (a quarta entre as categorias mais expressivas). Vale citar também a categoria denominada *falta de comunicação*, também bastante significativa – detentora da sétima posição entre as 13 que compõem o estudo.

Ademais, destacamos também casos em que o desaparecimento ocorre sem que o desaparecido o provoque de forma direta ou clara: observamos isso a partir dos casos que compõem categorias como *distúrbios mentais*, *desaparecimento nas águas* e *hospitalização*. Juntos, esses casos somam 17,0% do total analisado.

Finalmente, ressaltamos os dados referentes ao retorno dos desaparecidos, pois acreditamos que eles também provocam a reflexão de questões interessantes. Podemos inferir, a partir dos dados referentes à amostra, que os números referem-se a *desaparecimentos*, e não a *desaparecidos*. A dinâmica que envolve os casos aponta para o fato de que as vítimas, em sua maioria, voltam para casa. Além disso, há ainda os episódios em que uma pessoa desaparece mais de uma vez. Portanto, nesses casos, não se deve falar na existência de uma pessoa desaparecida, mas sim de um indivíduo que foi protagonista de um desaparecimento.

Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Direitos Humanos e gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. **Cadernos Pagu**, nº 31, Campinas, 2008.

CAMPAGNAC, Vanessa; FERRAZ, Thaís C. e SOLIVA, Thiago. **O perfil das pessoas desaparecidas no estado do Rio de Janeiro**, 2009. (Relatório de pesquisa)

CEPEDA, Ana Isabel Pérez. **Globalización, tráfico internacional ilícito de personas y derecho penal**. Granada: Editorial Comares, 2004.

FARIA, Thaís Dumêt. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. **Cadernos Pagu**, nº 31, Campinas, 2008.

LEMGRUBER, Julita. **Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia**. Trabalho apresentado no Encontro Anual dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências, 2004.

NEWISS, Geoff. Missing presumed...? The police response to missing persons. **Police Research Series**, Paper 114, 1999.

OLIVEIRA, Dijaci David. **Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública**. 2007. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, nº31, Campinas, 2008.